



Ilustração - mulher / impress nº 171

## Projeto Cidadã PositHIVa

Movimento Social de Mulheres, com o apoio financeiro da Coordenação Nacional de DST/Aids do Ministério da Saúde, iniciou a execução, em todo o território nacional, do projeto Cidadã PositHIVa. A iniciativa busca melhorar a qualidade de vida das soropositivas, promovendo o fortalecimento individual e coletivo, e estimulando as práticas de atuação social e o exercício da cidadania. (página 6)

### Parceria entre UnB e Movimento Social

A evolução da epidemia do HIV/Aids vem demandando uma série de estudos sobre populações específicas consideradas de maior vulnerabilidade. A pedido da Coordenação Nacional de DST/Aids do Ministério da Saúde, o Núcleo de Estudos de Saúde Pública da Universidade de Brasília (UnB) iniciou uma pesquisa, de âmbito nacional, com mulheres profissionais do sexo. A intenção é avaliar a efetividade das ações de prevenção junto a este segmento.

PÁGINA 8

### Direitos Humanos e Cidadania

A aproximação de mais um aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos – 10 de dezembro – deve servir como um momento para reflexão sobre ações desenvolvidas por órgãos públicos e entidades civis organizadas, que objetivam dar concreticidade aos princípios apregoados pela Carta Máxima de Direitos Humanos.

PÁGINA 10

### Entrevista

A consultora técnica da Unidade de Prevenção da Coordenação Nacional de DST/Aids do Ministério da Saúde, Kátia Souto, explica como vêm sendo desenvolvidas as ações nas áreas de prevenção, assistência e epidemiologia.

PÁGINA 7

### Sou cidadã, conheço meus direitos

A mulher trabalhadora, portadora do vírus HIV ou com AIDS e alguns benefícios previdenciários.

PÁGINA 11

# Editorial

■ mês de dezembro, além das festas tradicionais do mundo cristão, traz duas datas que merecem reflexões: o dia 1º, consagrado no mundo inteiro como o Dia de Combate à Aids e o dia 10, também consagrado, mundialmente, como o Dia dos Direitos Humanos.

Portanto, juntar estas datas e, conseqüentemente, os temas, é uma questão não só tranqüila como também necessária, razão porque o Fêmea dedica este número a estas questões.

O Planeta Terra está vivenciando um momento em que as religiões, os valores e os comportamentos das diversas sociedades estão sendo questionados. Nunca se falou tanto em ocidente e oriente e em suas diversidades culturais. Estão sendo abertas cortinas e surgem diferenças jamais imaginadas. Vemos mulheres cobertas, anuladas civilmente e pensamos na resignação ou revolta ocultas atrás daqueles véus.

E nós, do ocidente, será que a ausência dos véus significa ausência de discriminação? Nós, mulheres do ocidente, conseguimos vencer, mais do que as mulheres do oriente, grandes desafios nestes últimos séculos. Entretanto, certos problemas são comuns a todas, entre os quais, a questão dos direitos humanos e da Aids.

No mundo todo, o número de mulheres com o vírus HIV da Aids tem crescido. No Brasil, enquanto que, em 1980 foi detectado o primeiro caso de homem com HIV, só três anos depois foi constatada a infecção na primeira mulher brasileira.

Em 1985, para cada 28 homens infectados tínhamos uma mulher também infectada. Hoje este percentual cresceu, tendo alguns estados brasileiros, um empate no placar da Aids.

Quando vemos que a maioria dos últimos casos (26,6%, segundo o Ministério da Saúde) representa pessoas

heterossexuais, não podemos deixar de pensar nas mulheres fiéis a seus maridos ou companheiros e que estão adquirindo o vírus HIV na sua própria cama.

Antes mesmo do advento da síndrome do HIV, as mulheres tinham dificuldades na negociação com seus parceiros, do uso da camisinha, para evitar, além da gravidez indesejada, doenças sexualmente transmissíveis seculares, como a sífilis. Hoje, no mundo da Aids, a dificuldade perdura. Uma profissional do sexo tem, muitas vezes, maior facilidade em negociar com um freguês do que com um companheiro com o qual vive uma relação amorosa.

Trazemos, neste número, artigos interessantes sobre os temas do momento. Experiências exitosas, como é o caso das mulheres paranaenses que estão conseguindo reduzir o número de crianças infectadas no útero da mãe, com a detecção precoce do vírus HIV no início do pré-natal.

Pesquisas estão sendo feitas, e aqui falamos na "Academia na Calçada: uma bela parceria entre a Universidade e o Movimento Social", que trata das profissionais do sexo e a Aids.

O Mapa da Assessoria Parlamentar do CFEMEA mostra que, apesar de ser em passo de tartaruga, alguma coisa andou no Congresso Nacional, nem sempre como queríamos e esperávamos, como é o caso da exclusão de emendas no Orçamento para 2002, de mais verbas para as Casas Abrigo.

Finalmente, trazemos para noss@s leitor@s, lições de vida, cidadania e direitos humanos, colocadas por mulheres, cidadãs po-sitHIVas, que de forma amorosa, mostram para tod@s cidadãs e cidadãos "ignorad@s" que a vida bem vivida vale à pena. É como a UNAIDS diz: "I care, and you?" (Eu me cuido, e você?).



Centro Feminista de Estudos e Assessoria

SCN, Quadra 6, Bloco A, Sala 602,  
Ed. Venâncio 3000, CEP: 70716-000,  
Brasília-DF – Brasil  
Telefone: (61) 328-1664  
Fax: (61) 328-2336

E-mail: [cfemea@cfemea.org.br](mailto:cfemea@cfemea.org.br)

Home page:  
<http://www.cfemea.org.br>

#### Conselho Deliberativo:

Leila Linhares, Maria Aparecida Schumacher, Maria José Rosado e integrantes do Colegiado Diretor: Almira Correia de C. Rodrigues, Guacira César de Oliveira e Malô Simões Lopes.

#### Conselho Consultivo:

Albertina Costa, Carmem Campos, Clair Castilhos, Fátima Oliveira, Heleieth Saffioti, Jacira Melo, Jacqueline Pitanguy, Leilah Borges Costa, Mara Régia, Marcelo Lavenere, Margareth Arihã, Maria Amélia Teles, Maria Bethânia Melo Ávila, Nair Goulart, Salette Maccaloz, Sônia Correa, Sueli Carneiro

#### Comitê de Especialistas:

Álvaro Vilaça, Comba Porto, Delaine Martins, Edna Roland, Ella Wieko, Éster Kosovski, Gilberto Soares, Hildete Pereira, Paola Cappellin, Sílvia Pimentel

#### Conselho Fiscal:

Cristina Araújo, Elisabeth Barreiros, Tereza Montenegro, e Maria do Carmo Seabra

#### Demais integrantes da equipe:

Adriano Fernandes Cavalcante, Aldnéia Viana de Araújo, Catherine Braga Monteiro, Cláudia Almeida Teixeira, Dyana Yzabel Azevedo Dias, Eliana Magalhães Graça, Elizabeth Saar, Fabiana Zamora, Gilda Cabral, Iáris Ramalho Cortés, Iéri Barros Luna, Mirla de Oliveira Maciel, Sérgio Gomes Timóteo e Sônia Malheiros Miguel.

#### Conselho de Parlamentares do Programa DIREITOS DA MULHER NA LEI E NA VIDA:

Deputadas Fátima Pelaes, Jandira Feghali, Iara Bernardi, Laura Carneiro, Luci Choinacki, Maria Elvira, Rita Camata, Yeda Crucius e Zulaiê Cobra. Deputados Alceu Colares, Eduardo Jorge, Fernando Gabeira, João Grandão, José Genoíno, Miro Teixeira e Paulo Paim. Senadoras Emília Fernandes e Maria do Carmo Alves. Senadores Ademir Andrade, Lúcio Alcântara e Roberto Freire.

#### Jornalista Responsável:

Michelle Cristiane Lopes Barbosa  
RP 4825/DF

#### Apoio:

Fundação FORD, FNUAP e UNIFEM

#### Tiragem:

13.000 exemplares.

#### Editoração Eletrônica:

Eduardo Meneses  
Elzimar Moreira

#### Impressão:

Athalaia Gráfica e Editora Ltda.

# CFEMEA lança Campanha pela Cidadania PositHIVa

## Aids e o Legislativo

Atualmente, existem cerca de 87 proposições legislativas tramitando no Congresso Nacional referentes aos portadores@s do HIV/Aids. A advogada Iáris Ramalho, assessora técnica do CFEMEA, destaca os projetos de interesse do movimento feminista: "Entre eles, destacamos as propostas relativas à saúde integral da mulher soropositiva e o acompanhamento pré-natal das gestantes. Também há projetos na área dos direitos civis, que proíbem a discriminação contra portadores do vírus HIV. Existem ainda proposições na área de trabalho, garantindo a admissão e permanência no emprego".

A deputada federal Jandira Feghali (PC do B/RJ) avalia a tramitação destas proposições no Congresso Nacional: "É sempre lenta. Mas vale ressaltar que, desde a implantação da coordenação da Bancada Feminina, temos conseguido promover a articulação necessária para aprovação urgente de alguns projetos em datas especiais. Foi assim no Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher. Com certeza, o tema Aids será o nosso próximo objetivo. Esperamos que haja consenso das parlamentares para que, no próximo ano, o mês de março seja marcado pela aprovação de projetos sobre essa temática".

Principais temas

Os spots pela Cidadania PositHIVa

**E**m comemoração ao 1º de dezembro, Dia Mundial de Combate à Aids, o CFEMEA está lançando a Campanha pela Cidadania PositHIVa, em parceria com o Ministério da Saúde. Ela é parte integrante do projeto "Intervindo no Legislativo - Mulheres e Aids". Por meio de um conjunto de spots radiofônicos, pretende-se chamar atenção da sociedade para as necessidades das mulheres brasileiras na área da saúde e dos direitos reprodutivos. Outra meta é contribuir com a luta das cidadãs HIV/Aids pela garantia de seus direitos.

De acordo com os boletins epidemiológicos do Ministério da Saúde, em 1999/2000, o número de mulheres contaminadas com o vírus HIV aproximou-se do número de homens. O último levantamento apontou a proporção de dois homens para cada mulher. A Aids amplia-se entre a população feminina principalmente nos municípios do interior, com população menor ou igual a 50 mil habitantes. A faixa etária mais atingida é o auge da fase reprodutiva: dos 20 aos 39 anos de idade.

**"Descobrir-se com Aids não é nada fácil. Mas o tempo desconstrói nossa morte iminente. Os anos passam e continuamos aqui, vivos. E é por isso que nós temos uma responsabilidade na construção de um novo modelo de convivência. Temos de partilhar nossa dor e fazer dela uma única voz. A voz que se fortalece a cada dia na construção de um mundo melhor".**

Ana Paula Prado,  
presidente do Grupo Arco-íris (DF)

abordam assuntos como a Lei Nº 10.237/2001, que dispõe sobre a inserção, nas fitas de vídeos eróticas ou pornográficas, mensagens sobre o uso da camisinha. A Campanha também defende a aprovação do Projeto de Lei que trata da inclusão obrigatória, nos currículos escolares, da disciplina "educação sexual e DST/Aids".

Outro tema abordado é a importância da organização das mulheres soropositivas. A presidente do Grupo Arco-íris (DF), assistente social Ana Paula Prado participou da Campanha, falando sobre a importância dessa articulação. Ela também ressalta que um dos maiores desafios é vencer a discriminação: "Atualmente, nós que vivemos com HIV/Aids ainda sofremos o preconceito, por vezes velado, que impõe a muit@s soropositiv@s a clandestinidade como única opção de vida. É necessário superar esse paradigma".

Há também um spot que solicita a ampliação da Lei que garante distribuição de leite aos nascidos de mães portadoras do vírus HIV/Aids. A mensagem conta com a participação da deputada Jandira Feghali (PC DO B/RJ).

A campanha radiofônica pretende, ainda, sensibilizar a sociedade no sentido de fazer valer a Lei Nº 7.649/1988, que obriga a realização de exames em todo sangue doado, visando prevenir a propagação de doenças. A Norma Técnica do Ministério da Saúde que dispõe sobre "prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes" também deve ser colocada em prática.



O CD da Campanha foi enviado à 1.400 instituições - incluindo ONGs, organizações governamentais e emissoras de rádio. Para solicitar o material, entre em contato com o CFEMEA: (61) 328 1664 ou [cfemea@cfemea.org.br](mailto:cfemea@cfemea.org.br)



O mês de outubro, no Legislativo Federal, foi marcado por importantes votações para a sociedade brasileira. As Comissões Permanentes da Câmara Federal discutiram e aprovaram as emendas ao Orçamento Federal para 2002. O Plenário da Câmara finalmente aprovou seu Código de Ética, cuja discussão foi iniciada no mês passado e estendeu-se até o início do mês de novembro. Os parlamentares também acompanharam de perto as greves do funcionalismo público, principalmente da Previdência Social e das Universidades Federais de todo o país. Muitos projetos sobre os direitos das mulheres entraram nas pautas das Comissões Permanentes, mas apenas seis avançaram em sua tramitação.

## Câmara dos Deputados e a Bancada Feminina comemoram o 25 de Novembro

**E**m comemoração ao Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra a Mulher - 25 de Novembro, a Bancada Feminina no Congresso Nacional articulou, junto ao Presidente da Câmara dos Deputados, Dep. Aécio Neves (PSDB/MG) a urgência para aprovação de projetos nessa área que estão em tramitação na Câmara dos Deputados. Os projetos escolhidos foram:

- PL 2279/99, da Senadora Emília Fernandes (PT/RS), que autoriza a criação do Disque-Denúncia de violência contra a mulher;
- PL 2372/00, da Deputada Jandira Feghali (PC do B/RJ), que dispõe sobre o afastamento cautelar do agressor da habitação familiar;

- PL 4493/01, da Deputada Socorro Gomes (PC do B/PA), que estabelece a notificação compulsória da violência contra a mulher atendida em serviço de urgência e emergência;

- PDC 1357/01, do Executivo Federal, que submete ao Congresso Nacional o Protocolo da Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (CEDAW).

A Comissão de Seguridade Social e Família realizou no dia 27 de novembro, Audiência Pública sobre Violência contra a Mulher, na Câmara dos Deputados. As palestrantes foram a advogada Norma Kyriakos e a antropóloga Guita Debert.

### CFEMEA participa de Reunião da Frente Parlamentar de Combate à Aids

O Grupo Temático do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids, em parceria com a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e a Coordenação Nacional de DST/Aids do Ministério da Saúde promoveram, em Brasília, no dia 30 de outubro passado, o Primeiro Encontro do Grupo de Parlamentares na Luta contra a Aids. Na reunião, foram apresentados os Projetos de Lei que tramitam no Congresso Nacional e que envolvem questões prioritárias para o enfrentamento da doença.

O CFEMEA foi convidado para participar da reunião pelo trabalho que realiza de acompanhamento de proposições sobre Aids que tramitam no Congresso, através do projeto "Intervindo no Legislativo - Mulheres e Aids", desenvolvido com o apoio do Ministério da Saúde.

O Ministério apresentou os projetos que vêm realizando para combater a epidemia da Aids no país. Os deputados presentes comprometeram-se a aprovar uma moção de apoio à posição do Governo Brasileiro, durante a reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC), em Doha, capital do país asiático, Catar, realizada no mês de novembro.

### Congresso volta a discutir Reprodução Humana Assistida

O Senador Tião Viana (PT/AC), relator do Projeto sobre Reprodução Humana Assistida (PLS 90/99 do Senador Lúcio Alcântara - PSDB/CE) já entregou seu relatório à Comissão de Assuntos Sociais do Senado. Depois da realização de duas audiências públicas, em maio deste ano, o projeto recebeu um novo substitutivo que esteve em pauta para discussão este mês, mas foi retirado a pedido do próprio relator. O projeto tem poder terminativo nas Comissões, porém o Senador Tião Viana

apresentou requerimento propondo duas sessões de discussão e que o projeto também fosse apreciado pelo Plenário do Senado.

Quem quiser conhecer o Substitutivo apresentado pelo Senador Tião Viana, deve acessar o site [www.cfemea.org.br](http://www.cfemea.org.br).

## Reforma Trabalhista chega ao Congresso Nacional

O Projeto de Lei N° 5483/01, de autoria do Poder Executivo, tramita em regime de urgência constitucional na Câmara dos Deputados, concomitantemente nas Comissões de Constituição, Justiça e Redação e de Trabalho, Administração e Serviço Público. Foram realizadas várias audiências públicas na CTASP ouvindo representantes do governo, dos trabalhadores e dos empresários.

Este projeto de lei modifica a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), permitindo que haja prevalência do negociado sobre o legislado. Isso significa que os sindicatos podem negociar os direitos garantidos na legislação, de uma maneira geral. Apesar do projeto ressaltar que os direitos

constitucionais não poderão ser negociados, ainda não se tem idéia do verdadeiro alcance dessa proposta, caso seja aprovada.

Pelas discussões realizadas nessas audiências, percebe-se que a base governista está preparando uma estratégia para votar e aprovar o projeto, mesmo sob os protestos dos partidos de oposição e da maioria das Centrais Sindicais. Ainda não há clareza com relação ao alcance da proposta sobre os direitos das mulheres trabalhadoras especificamente, mas todos os pareceres apontam que nem a licença maternidade escapará das negociações.

O projeto do governo que flexibiliza a CLT já entrou em pauta para votação no plenário da Câmara dos Deputados três

vezes. Na próxima edição do Fêmea, apresentaremos detalhes sobre o andamento dessa proposta.

### Orçamento para 2002 não contemplou emenda para as Casas Abrigo

Com grande tristeza é que noticiamos que a Comissão de Direitos Humanos não apoiou a emenda do CFEMEA para construção e manutenção de Casas Abrigo para Mulheres em Situação de Risco de Vida. Apesar do esforço empreendido pelo Centro e alguns parlamentares que fazem parte da Comissão, a nossa proposta orçamentária não conseguiu entrar na relação de emendas a serem apresentadas ao Orçamento para 2002.

## PROPOSIÇÕES QUE TRAMITARAM NO CONGRESSO NACIONAL

### DIREITOS CIVIS

#### N° da Proposição/Ementa

PLC 39/97 (PL 467/99, na origem) - Altera a Lei 1060, de 05 de fevereiro de 1950, que estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados para conceder a gratuidade ao exame de DNA, nos casos que especifica.

**Autor:** Deputado Coriolano Sales (PMDB/BA).

#### Tramitação

Aprovado na CCJ, parecer favorável do relator Sen. Sebastião Rocha (PDT/AP).

### SAÚDE

#### N° da Proposição/Ementa

PL 335/95 - Dá nova redação ao artigo 89 da Lei 7210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), que trata das penitenciárias de mulheres. Determina que as penitenciárias de mulheres sejam dotadas de seção para gestantes e parturientes e de creches para os menores cuja responsável esteja presa.

**Autor:** Dep. Fátima Pelaes (PSDB/AP).

#### Tramitação

Aprovado na CCJR, parecer favorável da relatora Dep. Zulaiê Cobra (PSDB/SP).

#### N° da Proposição/Ementa

PL 544/99 - Dispõe sobre a obrigatoriedade da veiculação de mensagens educativas destinadas a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis/Aids e ao uso de drogas, em livros e cadernos escolares.

**Autor:** Dep. Paulo Gouvêa (PFL/SC).

#### Tramitação

Aprovado na CECD, parecer favorável do relator Dep. Pastor Amarildo (PPB/TO).

#### N° da Proposição/Ementa

PL 685/99 - Dispõe sobre o tratamento preferencial aos idosos, portadores de deficiência e gestantes em eventos culturais, artísticos, desportivos e similares.

**Autor:** Dep. Freire Junior (PMDB/TO).

#### Tramitação

Aprovado na CSSF, parecer contrário do relator Dep. Serafim Venzon (PDT/SC).

#### N° da Proposição/Ementa

PL 3516/00 - Institui o Dia Nacional de Combate ao Câncer de Mama.

**Autor:** Dep. Rubens Furlan (PPS/SP).

#### Tramitação

Aprovado na CECD, parecer contrário da relatora Dep. Lídia Quinan (PSDB/GO).

### TRABALHO E PREVIDÊNCIA

#### N° da Proposição/Ementa

PLS 167/00 - Dispõe sobre o trabalho rural e dá outras providências.

**Autor:** Sen. Osmar Dias (PDT/PR).

#### Tramitação

Aprovado na CCJ, parecer favorável do relator "AD HOC" Sen. Antônio Carlos Júnior (PFL/BA).

Legenda: CCJR - Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Câmara dos Deputados;  
CECD - Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados;  
CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados;  
CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal.

# Cidadã PositHIVa: nova trajetória para portadoras do HIV/Aids

"A partir deste treinamento, eu me enxerguei mulher e assumi o viver com o HIV e com a cidadania. Agora, vou botar isso em pratos limpos!" (participante do treinamento em Natal)

**Enxergar... viver... cidadania... mulher. Palavras que sugerem simplicidade, atitude, cotidiano, ser. Ora presentes, ora não, vivê-las bastaria. No entanto é preciso colocá-las em pratos limpos!**

Vamos então, a essa tarefa! Desde que a epidemia de HIV/Aids visibilizou as mulheres, as ONGs e os programas de governo vêm desenvolvendo ações tanto no campo da assistência, quanto da prevenção, na tentativa de minimizar o impacto entre as portadoras de HIV/Aids e de reduzir a incidência de DST/HIV/Aids entre a população feminina.

No entanto, sabe-se que é preciso intervir mais devido ao número crescente de mulheres com diagnósticos positivos para o HIV. É preciso, portanto, criar e facilitar o acesso aos serviços de atendimento e prevenção, bem como melhorar a qualidade da assistência para todas, no país.

## O projeto

Para transformar esse desejo em realidade, nove mulheres com HIV/Aids de todo o país e de diferentes ONGs encontraram-se no Fórum 2000 e decidiram buscar apoio técnico e financeiro junto ao Ministério da Saúde para realizar o projeto Cidadã PositHIVa. A promoção das práticas de saúde e o exercício de cidadania para todas as mulheres seriam o eixo norteador de nossas atividades. A idéia surgiu a partir da necessidade de se encontrar soluções junto às portadoras

de HIV/Aids.

No último mês de junho, o Movimento Social de Mulheres com o apoio financeiro da Coordenação Nacional de DST/Aids do Ministério da Saúde iniciou a execução, em todo o território nacional, do projeto Cidadã PositHIVa. Esse projeto busca melhorar a qualidade de vida das soropositivas promovendo o fortalecimento individual e coletivo, estimulando as práticas de atuação social e o exercício da cidadania. As ações também devem favorecer a redução

## Diretrizes do Cidadã PositHIVa

Três perguntas são eixos centrais em nossas reflexões diárias: quais são as necessidades das mulheres com HIV/Aids? Quais são os recursos de prevenção para a população feminina, em geral? Que estratégias devemos utilizar para, de fato, implementarmos um trabalho voltado para esta população?

Tais questões estão contidas nas atividades em geral, na definição de estratégias, avaliações e na produção de questionários que enviamos para todo o Brasil. Enfim, em todos os instrumentos disponibilizados para execução desse projeto.

Analisando as questões evidenciadas pelas avaliações, entendemos que estamos no caminho. Os treinamentos até aqui realizados

(em Natal, Curitiba e Brasília) causaram mudanças muito significativas: as participantes redimensionaram suas vidas na esfera micro e macro e aceitaram envolver-se consigo mesmas. Muitas recriaram a própria vida, atuando como agentes de transformação e promoção da saúde em suas comunidades.

Esse percurso vivido até aqui, somado às experiências de diferentes organizações, fortalece o desejo e a necessidade de continuarmos construindo essa trajetória junto com as mulheres portadoras do HIV/Aids. O processo foi iniciado, conseguimos identificar que uma das principais necessidades é a criação e ampliação de espaços (públicos ou privados) que facilitem o diálogo, incentivem a criação de projetos individuais e coletivos. Principalmente, que as reconheça como

\*Nair Brito da infecção pelo HIV entre a população feminina, potencializando as medidas de assistência e prevenção em HIV/Aids que vêm sendo implementados no âmbito do SUS.

Até o momento, o projeto viabilizou a realização de três treinamentos para as cinco regiões do país, envolvendo 60 mulheres. As participantes foram capacitadas para implementar ações em seus municípios tais como: criação de grupos de apoio a gestantes positHIVas, elaboração de projetos de geração de renda e atuação nos serviços de saúde. O Cidadã PositHIVa é coordenado pelas ONGs: Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/AIDS - RNP + Núcleo Campinas; RNP + Núcleo Porto Alegre; ALIA - Londrina; Grupo VIVHER - Belo Horizonte; GIV - São Paulo; Centro das Mulheres do Cabo - Pernambuco; Grupo Arco-Íris - Brasília; ALVIDA - Roraima.

cidadãs portadoras não só de HIV, mas de direitos universais ao ser humano.

Essas mulheres fortalecidas estão inseridas em suas comunidades, propondo ações que colaborem não só na prevenção das DSTs/HIV/Aids entre outras mulheres, mas também formando assim um ciclo que proporcione a todas nós mulheres a inclusão da simplicidade e a qualidade inerente à essência do viver.

\*integrante do GIV, Grupo de Incentivo à Vida / SP.

Para outras informações, ligue: (19) 3295 9558, e.mail: [rnpncampinas@mpc.com.br](mailto:rnpncampinas@mpc.com.br).

**O** Programa Nacional de DST/Aids está ligado à Secretaria de Políticas de Saúde do Ministério da Saúde e desenvolve trabalhos nas áreas técnicas de prevenção, assistência e epidemiologia. **A Consultora Técnica da Unidade de Prevenção da Coordenação Nacional de DST/Aids, Kátia Souto**, explica como vem sendo desenvolvida a articulação com a sociedade civil organizada.

**Como o Programa lida com populações específicas, como profissionais do sexo, por exemplo?**

Kátia Souto - O trabalho prioriza algumas populações que entendemos estar sob maior vulnerabilidade em relação às DST e ou HIV. Temos, por exemplo, uma unidade que trabalha o processo de articulação com a sociedade civil e a defesa dos direitos humanos das pessoas vivendo com HIV. Particularmente na área de prevenção e assistência, temos um volume maior de trabalhos, seja por meio de parceria com a sociedade civil, seja por meio de implementação de políticas públicas nos três níveis de governo: federal, estadual e municipal. As populações atendidas são: profissionais do sexo; crianças e adolescentes; homossexuais masculinos; usuá@r@s de drogas injetáveis; e população do sistema prisional.

**Como é feita a articulação entre o Programa de Saúde da Mulher e o Programa Nacional de DST/Aids?**

Kátia Souto - Temos um espaço onde mensalmente nos reunimos e articulamos essas ações. Temos discutido muito no campo da saúde sexual e reprodutiva, trabalhando tanto as ações de prevenção quanto de assistência. A disponibilização do preservativo feminino é um exemplo desse trabalho conjunto, indo da definição dos critérios até os instrumentos de acompanhamento e monitoramento da sistemática de utilização. Outra ação é o programa de parto e nascimento humanizado do Saúde da Mulher, que trabalha a redução da transmissão vertical, com destaque para sífilis congênita e HIV/Aids. É um trabalho articulado, mas com resultados diferenciados no Brasil. Temos respostas mais positivas, ou pelo menos mais próxima do desejável, em locais onde a rede pública está mais organizada e os

profissionais mais capacitados.

A interlocução é fundamental porque a porta de entrada da mulher no sistema de saúde ainda é o serviço de saúde da mulher. Infelizmente, essa entrada ainda está circunscrita à saúde reprodutiva. Falar de prevenção é um desafio no país, que ainda tem uma visão assistencial, hospitalocêntrica. Basta ver o número de mortes por câncer de colo uterino, câncer de mama, a mortalidade materna. Os dados mostram que as mulheres não cuidam da saúde, antes de adoecerem.

**Como é o acompanhamento e a avaliação dos projetos desenvolvidos por ONGs, apoiados por vocês?**

Kátia Souto - Apoiamos projetos que realizam intervenções comportamentais ou desenvolvem ações de educação e informação junto a populações femininas, alguns com abordagens de gênero. Uns têm tido resultados interessantes e positivos, outros possuem dimensão e abrangência geográfica pequenas, necessitando de uma ação maior. Temos um processo de acompanhamento e monitoramento desses projetos, através de concorrência pública. As ONGs se candidatam, passam por comitês de avaliação externos e depois as unidades técnicas fazem um relatório e parecer desses projetos que são desenvolvidos por um ano, podendo ser renovados.

No entanto, temos um desafio maior em relação à sociedade civil que é a falta de percepção das mulheres em relação à sua vulnerabilidade às DST e ao HIV. Esse desafio ainda não foi abraçado pelos movimentos de mulheres na dimensão que a epidemia necessita. Tanto o governo quanto a sociedade civil que lida com a população feminina perceberam que a feminilização da epidemia e as relações desiguais de

gênero têm dado uma vulnerabilidade maior às mulheres. Acho que essa ainda é uma contribuição que o movimento feminista tem a dar. Mesmo quando se consegue superar as dificuldades iniciais de falta de informação e acesso aos serviços, esbarramos na dificuldade da negociação sexual entre homens e mulheres para uso do preservativo masculino e feminino. O preservativo feminino dá maior autonomia às mulheres e permite uma negociação mais fácil, mas ainda exige diálogo sobre a sexualidade e uma série de problemas que perpassam a relação homem e mulher.

Devemos ter um certo cuidado para não passar uma idéia de que a mulher é vítima de um comportamento masculino. A mulher é responsável pelo cuidado com sua própria saúde sexual e também tem comportamentos que podem estar expondo-a a um risco maior ou menor. Ela também pode fazer uso de drogas injetáveis e ter um comportamento de múltiplas parcerias sexuais desprotegidas.

**Quais são as diretrizes pensadas para o Programa?**

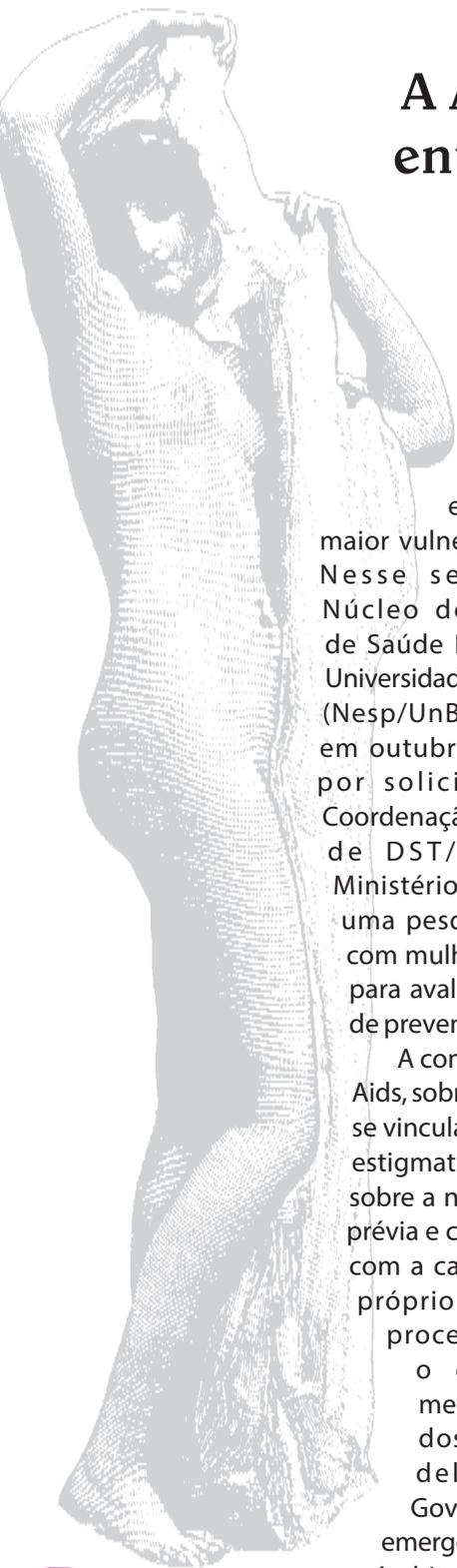
Kátia Souto - As ações de prevenção às DST/Aids devem fazer parte da assistência básica, realizadas por gestores municipais e estaduais dentro do sistema do SUS. Não é possível ter um modelo à parte. Essa é uma das grandes diretrizes do programa para 2002: pensar a intersectorialidade e a integralidade das ações. Esse ainda é um desafio para todos os programas do SUS: ações de prevenção casadas com as ações de assistência.

## EVENTOS

- Seminário Nacional Aids e Prostituição  
05 a 07 de dezembro - Brasília (DF). Público Alvo: profissionais do sexo e instâncias governamentais.
- Seminário Brasil-França:  
Novos Desafios da Prevenção da Epidemia pelo HIV/Aids junto aos Homens que Fazem Sexo com Homens  
05 a 07 de dezembro - Rio Othon Palace - Rio de Janeiro (RJ). Público Alvo: Coordenadores de projetos em DST, estagiários e autores de projetos de pesquisa desenvolvidos como resultado do projeto Brasil/França.

# A Academia na Calçada: uma bela parceria entre a Universidade e o Movimento Social.

\*Katia Guimarães



evolução da epidemia do HIV/Aids vem demandando uma série de estudos sobre populações específicas consideradas de

maior vulnerabilidade. Nesse sentido, o Núcleo de Estudos de Saúde Pública, da Universidade de Brasília (Nesp/UnB), iniciou, em outubro de 2000, por solicitação da Coordenação Nacional de DST/Aids, do Ministério da Saúde,

uma pesquisa de âmbito nacional com mulheres profissionais do sexo, para avaliar a efetividade das ações de prevenção junto a este segmento.

A complexidade da epidemia da Aids, sobretudo quando há o risco de se vincular a epidemia à populações estigmatizadas, levou-nos a refletir sobre a necessidade de estabelecer, prévia e continuamente, um diálogo com a categoria, tomando-a como próprio sujeito participante do processo da pesquisa, desde o estabelecimento da metodologia, até a discussão dos resultados. Participam dela Organizações Não-Governamentais inseridas e/ou emergentes do meio. Foi instituída, no âmbito interno da pesquisa, uma

Comissão de Acompanhamento Ético, para a qual foram convidadas, entre outros, a Rede Nacional de Profissionais do Sexo e a Rede Nacional de Pessoas Vivendo com Aids (RNP+).

Nesse contexto, destaca-se o importante papel que essas Redes vêm desempenhando no panorama das ações políticas que têm sido relevantes para o aprimoramento das políticas de enfrentamento da epidemia, em nosso País. O fato de a Aids ter se manifestado inicialmente em homossexuais masculinos, despertou forte tendência de reforço de estigmas e preconceitos existentes na sociedade. Na época, quando ainda não se tinham dados que efetivamente comprovassem a presença da infecção do HIV em mulheres, as profissionais do sexo

foram classificadas, aprioristicamente, como grupo de risco, em função da associação destas a doenças, presente no senso comum. Foi quando a Rede Nacional de Profissionais do Sexo, que já estava organizada na luta pela regulamentação profissional, passou a incluir a questão na sua pauta e a atuar ativamente no enfrentamento do preconceito acirrado pela epidemia, ao mesmo tempo em que viu a necessidade de participar das políticas de resposta ao HIV.

Com o desenvolvimento da epidemia, mostrou-se que o prisma comportamental era insuficiente para o seu enfrentamento, levando à mobilização de vários setores para, conjuntamente com outras áreas, se fazer frente à disseminação da Aids. Nesta perspectiva, a interlocução estabelecida entre o governo, sanitaristas, estudiosos acadêmicos e movimentos

organizados dos segmentos diretamente afetados permitiu a localização de múltiplos fatores relevantes, no quadro das vulnerabilidades à doença, cuja compreensão é fundamental para as ações preventivas.

No segmento das profissionais do sexo, puderam ser localizados fatores e situações vulnerabilizantes que não se restringem à especificidade da categoria, mas são comuns à mulher em geral, tais como assimetria nas relações de gênero, tanto na esfera profissional quanto privada, exposição à violência decorrente desta assimetria, e outras situações sociais onde a mulher sofre os efeitos da desigualdade. Especificamente, a profissional do sexo está, ainda, sujeita à violência moral, manifesta pelos efeitos do estigma, do preconceito e da discriminação.

A participação do movimento de profissionais do sexo, como sujeito político, vem permitindo, neste caso, o estabelecimento de um processo dialógico na produção do conhecimento abrangente, necessário à compreensão do fenômeno da epidemia da Aids e a multiplicidade de seus efeitos sociais. Por outro lado, esta interlocução reforça o entendimento de que a pesquisa acadêmica pode e tem contribuído de forma efetiva para o embasamento e construção de instrumentos de ações políticas para os movimentos sociais.

\*Coordenadora da Pesquisa - Nesp/UnB - Doutoranda em Ciências da Saúde/UnB e Assessora Técnica da AMB

\*\*Colaboração de João Jungmann de Andrade - Pesquisador Associado - Nesp/UnB

# Mulheres no Poder

## Compromisso com a saúde das mulheres e de seus filhos

\*Maria Goretti David Lopes

Na condição de mulher e enfermeira defensora do sistema público de saúde e comprometida com a causa feminista, faço da minha prática profissional um instrumento para a melhoria da situação das outras mulheres, ciente que não bastam as informações e os cuidados técnicos.

As mulheres conquistarão a saúde quando consolidarem seus direitos, garantindo seu lugar na sociedade e exercitando, na plenitude, sua cidadania. E no momento em que o jornal Fêmea dá a oportunidade de apresentar um pouco do trabalho realizado, nos últimos dois anos, com a equipe da saúde de Curitiba, espero contribuir com o desenvolvimento de atitudes e posturas críticas no setor público, principalmente em relação às atividades de interesse do movimento de mulheres.

**“As mulheres conquistarão a saúde quando consolidarem seus direitos, garantindo seu lugar na sociedade e exercitando, na plenitude, sua cidadania”.**

O controle da transmissão vertical da Aids

Curitiba tem uma população de 475 mil mulheres em idade fértil e realiza 39 mil partos por ano. Destes, aproximadamente 25 mil são vinculados à rede do Sistema Único de Saúde (SUS), sendo 20 mil gestantes residentes na cidade e as demais de municípios da região metropolitana.

O Sistema Municipal de Saúde é reconhecido nacionalmente pelo Programa Mãe Curitibana, criado em 1999, e que proporciona acompanhamento às mães e aos bebês, antes, durante e depois do parto. Antes da implantação do programa, havia dificuldade na internação de gestantes, com muitos casos de mulheres em trabalho de parto percorrendo diversos serviços e locais até serem admitidas, geralmente já em período expulsivo. Estudos sobre o pré-natal, parto e puerpério mostravam problemas na qualidade da atenção.

O programa objetiva a redução da mortalidade materna e infantil, a melhoria na qualidade do pré-natal, a melhoria do acesso ao parto hospitalar de boa qualidade, a redução da internação de crianças por doenças respiratórias e por acidentes, a redução da isoimunização Rh e da gravidez de risco e a redução da transmissão vertical da sífilis, toxoplasmose e do HIV.

Destaco as atividades realizadas de controle da transmissão vertical do HIV, que garantiram a detecção precoce do vírus na mulher, por meio da oferta do diagnóstico no início do pré-natal. Além disso, o acompanhamento personalizado, assistência adequada, inclusive com a introdução de inibidor da lactação e de leite artificial desde a maternidade e a organização de referência pediátrica para a atenção de recém-natos de mães com sorologia positiva para HIV.

Relatórios do Ministério da Saúde em 1999 já apontavam: a primeira ocorrência de transmissão perinatal registrada no País, data de 1985. Anualmente, três milhões de mulheres dão à luz. Estima-se que, no Brasil, cerca de 12.898 gestantes encontram-se infectadas pelo HIV, o equivalente a, aproximadamente, 0,4 do total.

Estima-se, também, que um quinto das crianças infectadas terão Aids ou morrerão até os 12 meses de idade, aumentando essa estimativa para um terço até os 6 anos de idade, segundo estudos de Thorne e Newell em 2000.

Em Curitiba encontramos em média 150 mulheres por ano HIV positivas. Com a experiência bem sucedida das ações preventivas e de controle da transmissão vertical somadas à disponibilidade contínua da zidovudina (AZT) em cápsula e injetável nos serviços públicos de saúde, as mulheres vivem mais e os seus filhos são negativos para o HIV.

Em menos de três anos de trabalho, apenas sete crianças das mulheres HIV+ assistidas são portadoras do vírus. Hoje, comemoramos os resultados positivos do Programa Mãe Curitibana e lança-se o desafio de reduzir a mortalidade infantil a patamar inferior a dez mortes por mil nascidos vivos até 2005, intitulado de Pacto pela Vida, com forte articulação intersectorial e parceria com a sociedade civil.

Eu, adolescente de bem com a vida

A sociedade passa por transformações rápidas, tanto de valores como de costumes. Os adolescentes e jovens estão expostos ao uso de drogas, à gravidez precoce, à Aids e a outras doenças sexualmente transmissíveis. Isso torna a nossa preocupação bem maior com o sexo seguro, o que nos leva a lidar de outra maneira com a sexualidade. Assim, como os pais são fundamentais na orientação dos seus filhos, os profissionais de saúde e educadores devem criar espaços em que haja diálogo com os adolescentes e jovens, levando-os a adotar medidas preventivas e hábitos saudáveis em sua vida.

Para isso, profissionais das Secretarias da Saúde e de Educação da capital paranaense desenvolveram a cartilha “Eu, adolescente de bem com a vida”, que está sendo distribuída aos jovens com o objetivo de orientá-los sobre essa fase da vida e a prevenção da gravidez, bem como da Aids e de outras doenças sexualmente transmissíveis. Como os pais também podem precisar de ajuda, foi confeccionada a cartilha “Pais e filhos de bem com a vida”, com um conteúdo que orienta-os a lidar com a adolescência dos filhos.

Para nossa surpresa a cartilha foi adotada, em todo seu conteúdo, pelo Ministério da Saúde e espera-se que seja distribuída em todo o Brasil, contribuindo para o enfrentamento maduro da sexualidade na adolescência.



\*Enfermeira.Coordenadora do Programa de DST/Aids de Curitiba, no período de junho de 1999 a setembro de 2001. Presidente da entidade Espaço Mulher.

# Direitos Humanos e Cidadania: em busca da superação do discurso

\*Martha dos Reis e Tânia Suely Antonelli M. Brabo

aproximação de mais um aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos (10 de dezembro), deve servir como um momento para a reflexão sobre ações desenvolvidas por órgãos públicos e entidades civis organizadas que objetivam dar concreticidade aos princípios apregoados pela Carta Máxima de Direitos Humanos.

Em 1996, a Faculdade de Filosofia e Ciências - UNESP / Campus de Marília (SP), realizou a sua VI Jornada Pedagógica que teve como tema central a "Educação pela Paz". Em tal evento foram discutidos, lembrados e denunciados os horrores da Segunda Guerra Mundial. Neste contexto, a Declaração Universal dos Direitos Humanos foi fartamente comentada. Motivados pelo encontro, um grupo de professores, alunos e membros da comunidade local permaneceram unidos e juntos formaram o NUDHUC - Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania de Marília.

Tendo como fonte de inspiração a Declaração Universal dos Direitos Humanos sem perder a sintonia com os Programas Nacional e Estadual de Direitos Humanos, o NUDHUC tem desenvolvido, entre outras ações, um amplo processo de educação para a cidadania através de atividades de formação desencadeadas junto a grupos pertencentes às minorias sociais, sobretudo, mulheres e idosos.

O trabalho tem se pautado pelo uso de estratégias metodológicas voltadas para a educação popular. Sendo assim, realizam-se encontros sistemáticos com os envolvidos onde, inicialmente, levantam-se as concepções de direitos humanos e cidadania partilhadas pelos membros de cada um dos



grupos. Constatou-se que há uma predominância de concepções baseadas no senso comum cuja construção foi fartamente influenciada pelos meios de comunicação de massa, sobretudo, pela televisão. Em geral, a noção de direitos humanos é identificada como algo que diz respeito somente aos "bandidos". Na seqüência, são planejadas e desenvolvidas atividades práticas que permitem ao grupo expressar-se sobre os problemas do seu cotidiano e nessas falas ficam explícitas as situações que denunciam violações de direitos. Trabalha-se, então, no sentido de promover a desconstrução das concepções apresentadas anteriormente para a elaboração de um novo conceito. Dessa forma, leva-se ao conhecimento de grupos da terceira idade (predominantemente femininos), a Política Nacional do Idoso; a política para idosos em âmbito municipal e, finalmente, informações sobre as instâncias existentes para denúncias de aviltamento, bem como para reivindicações de seus direitos.

Entre os resultados efetivamente concretizados pode-se destacar: o desencadeamento de um processo contínuo de formação para a cidadania de professores e alunos

dos três níveis de ensino já que os trabalhos desencadeados pelo Núcleo despertaram o interesse da comunidade envolvida com a educação escolar e motivaram a criação do Coletivo Feminista Sophia, composto por alunas da graduação e da pós-graduação da UNESP / Marília; o estabelecimento de um intercâmbio entre Universidade e Comunidade através do levantamento de dados que permitem diagnosticar as violações cotidianas de direitos na população de Marília; a elaboração de material didático - pedagógico e a discussão sobre metodologias de ensino voltadas para a educação popular; um trabalho contínuo de educação para a cidadania sobre a questão das minorias sociais priorizando, entre elas, a mulher e os grupos da terceira idade com o propósito de desencadear debates e reflexões sobre as questões de gênero em nossa sociedade.

Entendendo que **educar para a cidadania é uma tarefa que se faz através de um processo contínuo de discussões, reflexões e ações voltadas para a construção de uma sociedade mais justa e solidária** e que a Universidade não pode se isentar desse processo, o NUDHUC tem colocado como desafio o desenvolvimento de um trabalho que busque a superação do discurso na construção da cidadania e na defesa e promoção dos direitos humanos.

\*Integrantes do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania de Marília. Faculdade de Filosofia e Ciências. UNESP / Câmpus de Marília(SP).



## Sou cidadã, conheço meus direitos

### A mulher trabalhadora, portadora do vírus HIV ou com Aids e alguns benefícios previdenciários

A mulher trabalhadora, portadora do vírus HIV ou doente de Aids, sofre muita discriminação. Desde o medo das colegas de trabalho, que a isolam e não querem trabalhar perto dela, até despedidas arbitrárias e sem justa causa. É difícil e quase sempre impossível uma portadora do vírus HIV conseguir um emprego.

Apesar da discriminação a que é sujeita, a mulher portadora do vírus HIV continua com plena capacidade para o trabalho. Sabendo disto, o Ministério da Saúde e o do Trabalho, assinaram, em 1992 uma Portaria Ministerial - nº 869, que

“proíbe, no âmbito do Serviço Público Federal, a exigência de teste para detecção do vírus de imunodeficiência adquirida, tanto nos exames pré-admissionais quanto nos exames periódicos de saúde”.

Este direito ainda não foi estendido para a trabalhadora celetista (sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT - ou, como comumente é chamada, a “trabalhadora fichada”).

Entretanto, apesar de não existir uma norma legal expressando a mesma proibição para esta categoria, os exames médicos obrigatórios na CLT, para a admissão, demissão ou periódicos, devem apurar tão somente a capacidade laborativa da empregada.

#### Capacidade laborativa

É a capacidade que uma pessoa possui para o trabalho. Esta capacidade pode se tornar incapacidade: total, parcial, temporária, indefinida, uniprofissional, multiprofissional ou oniprofissional, dependendo de várias fatores, como doença, acidente etc.

Caso a trabalhadora portadora do vírus HIV, com capacidade laborativa sofra alguma discriminação no trabalho, ela pode recorrer à Justiça para conseguir valer seus direitos que, em sua grande maioria, são todos aqueles que possui uma trabalhadora sadia.

Se for despedida apenas porque é portadora do vírus HIV, também pode recorrer à Justiça, pois nossa Constituição Federal protege e garante o direito ao trabalho e proíbe a discriminação.

Alguns direitos previdenciários específicos para a pessoa doente de Aids:

- licença para tratamento de saúde;
- aposentadoria;

#### Licença para tratamento de saúde e aposentadoria

A licença para tratamento de saúde e a aposentadoria são chamados “benefícios”. Se a trabalhadora é celetista, a licença para tratamento de saúde ou a aposentadoria são pedidas diretamente ao INSS, e será feita uma avaliação por médico@

perit@. Em caso de funcionári@ pública, a avaliação será feita no serviço médico do órgão público.

A concessão de benefícios, por doença ou por acidente, para tod@s@s trabalhador@s brasileiro@s, sejam funcionári@s públicas ou celetistas, tem de se basear na “incapacidade laborativa”.

Quando @ trabalhadora celetista estiver de licença para tratamento de saúde, tem direito a um “auxílio-doença”, que é devido à segurada empregada que ficar incapacitada para o trabalho por mais de 15 dias consecutivos (corridos). O auxílio-doença é calculado de acordo com as contribuições da segurada.

Se for funcionária, o auxílio-doença será dado a partir da data do início da incapacidade e seu valor corresponderá à remuneração a que tem direito. A empregada, ou funcionária deixa de receber o auxílio-doença quando recuperar a capacidade para o trabalho ou, se a incapacidade for total, indefinida, oniprofissional, o auxílio-doença se transformará em aposentadoria por invalidez.

#### Duração da licença para tratamento de saúde

A duração da licença para tratamento de saúde, em caso de empregada celetista, será definida pelo médico perito e, dependendo das manifestações da doença, poderá durar 120 dias ou, também se transformar em aposentadoria.

Se for servidora pública federal, a licença para tratamento de saúde poderá ser de até dois anos, quando poderá ocorrer a aposentadoria por invalidez, caso não tenha havido a recuperação da capacidade laborativa ou a readaptação.

#### Carência para concessão dos benefícios

Carência é o período necessário para poder ter direitos a benefícios. É contada pelo número de contribuições mensais para a Previdência Social.

Em caso do HIV/Aids, não existe carência para concessão de benefícios, desde que o início da mesma seja após o ingresso na Previdência Social e a perícia médica declare a incapacidade (que pode ser temporária ou definitiva).

Dúvidas sobre Aids podem ser esclarecidas no Posto de Saúde de sua cidade ou pelo DISQUE-SAÚDE do Ministério da Saúde: 0800-611997.

Dúvida sobre benefício, DISQUE-INSS: 0800-780191. As ligações são gratuitas.

Nota: estamos usando o símbolo @ para masculino e feminino, quando falamos dos dois sexos.

Exemplo: filh@ significa filha mulher e filho homem.

EXTRAÍDO DO GUIA DOS DIREITOS DA MULHER – CFEMEA-1996, EDITORA RECORD  
(PODE SER ENCONTRADO NAS LIVRARIAS) E DA LEGISLAÇÃO ATUAL

# Acontece

## Prêmio CLAUDIA 2001



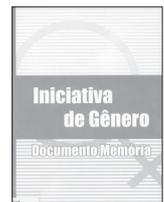
A Mulher do Ano, vencedora da 6ª edição do prêmio Cláudia, é Edneusa Pereira Ricardo, prefeita de São José da Tapera, no Sertão Alagoano. Quando Edneusa assumiu a prefeitura, em 1996, a cidade de São José da Tapera era considerada pela ONU como o município mais pobre do Brasil. Nesses cinco anos, ela aumentou o número de escolas, inaugurou um hospital, diminuiu a taxa de mortalidade infantil e instalou na comunidade vários projetos. Em 2000, Edneusa foi reeleita com 72,33% dos votos.

As outras quatro vencedoras do Prêmio Cláudia foram: a bailarina Rosângela Bernabé, que dá aula de danças para crianças e jovens em cadeiras de roda, em Niterói (RJ); a cientista Mayana Zatz, pioneira no país no estudo de doenças neuromusculares e fundadora da Associação Brasileira de Distrofia Muscular, em São Paulo; a educadora Vera Lazzarotto, que se mudou para uma palafita, em Novos Alagados, região carente de Salvador, e alfabetizou mais de 8000 crianças; e Fernanda Giannasi, que luta pelo banimento do amianto, fibra cancerígena utilizada na fabricação de telhas e caixas d'água, entre outros produtos.

Indicações de mulheres para concorrer ao Prêmio Cláudia 2001 podem ser feitas pelo e-mail: [premio.claudia@abrill.com.br](mailto:premio.claudia@abrill.com.br).

## Pedagogia e Gênero

A Associação Difusora de Treinamento e Projetos Pedagógicos (ADITEPP) está comemorando seus 29 anos com o seminário Pedagogia Freireana e as Questões de Gênero. A ADITEPP desenvolve cursos, assessorias e projetos voltados à educação popular e já contou com Paulo Freire em sua equipe de trabalho. O Seminário vai acontecer no dia 12 de dezembro em Curitiba, Paraná. Mais informações pelo fone (41) 223-3260, ou fax (41) 225-7857.



### Aids e Sustentabilidade

A publicação Aids e Sustentabilidade: sobre as Ações das Organizações da Sociedade Civil foi elaborada pela Coordenação Nacional de DST/Aids do Ministério da Saúde e tem como objetivo promover reflexões sobre possíveis saídas para a continuidade das ações desenvolvidas no enfrentamento da epidemia. O tema da sustentabilidade é tratado em artigos com perspectiva múltipla, nas dimensões sociopolítica, financeira e institucional. Mais informações pelo fone 0800 611997, e-mail: [aids@aids.gov.br](mailto:aids@aids.gov.br), ou [www.aids.gov.br](http://www.aids.gov.br).

### Estigma, Discriminação e AIDS

O 1º caderno da coleção Cidadania e Direitos da ABIA (Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids) elegeu como tema de discussão o estigma e a discriminação a que são submetidas muitas pessoas que vivem com HIV ou AIDS. Os textos investigam o fenômeno da estigmatização e discriminação e propõem alguns passos para a intervenção. Mais informações pelo fone (21) 2223-1040, fax (21) 2253-8495, ou [www.alternex.org.br/~abia](http://www.alternex.org.br/~abia).

### Iniciativa de Gênero

O documento-memória da Iniciativa de Gênero reúne as principais informações relativas à sua criação em 1999 e indica os desdobramentos e atividades realizadas. A Iniciativa de Gênero promove o acompanhamento, a avaliação e a influência sobre as ações de Instituições Financeiras Multilaterais (IFMs), como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), para que essas ações sejam desenvolvidas sob uma perspectiva de igualdade de gênero e de justiça social, garantindo a agenda defendida pelo movimento de mulheres. Mais informações pelo fone (61) 321-6108, fax (61) 226-8042.